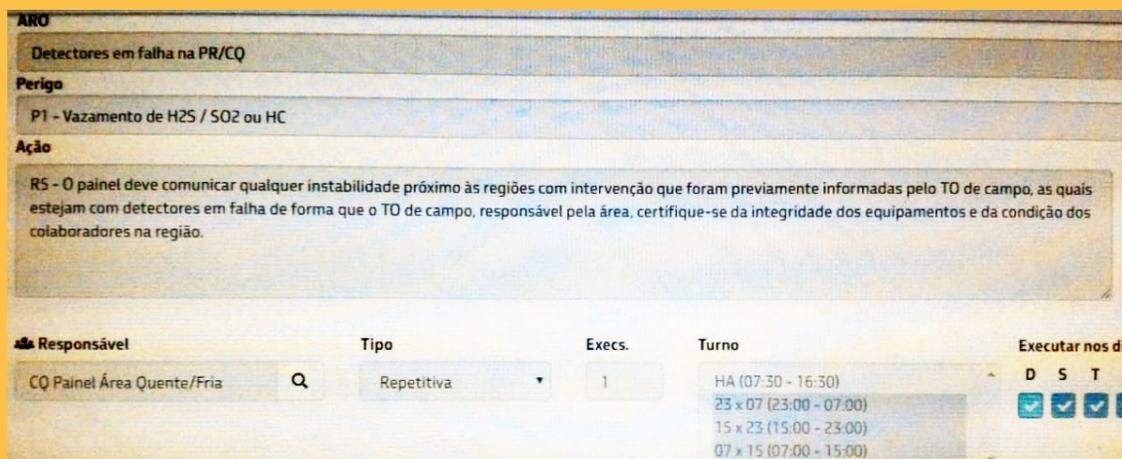


AINDA SOBRE ARO



No TOCHA 14 de 2018, o nosso boletim denunciou como as Análises de Risco Operacional (ARO) são utilizadas na prática como ferramenta para transferir a responsabilidade do gestor para seus subordinados, além de legitimar o atraso na manutenção dos equipamentos que são essenciais para a segurança da refinaria. Acontece que as coisas pouco mudaram desde então. Abaixo, segue foto da IO de um setor da refinaria com a lista de equipamentos com problemas e a orientação (absurda) impossível de ser cumprida. Como dizem pelos corredores, "é só para colocar o nosso na reta". Gerentes, assumam vossa responsabilidade!

EMPRESA QUER SUPRIMIR HORA EXTRA HABITUAL

O Sindicato apurou que a empresa aprovou um padrão de gestão de regime e condições de trabalho no qual pretende suprimir o pagamento da HETT (Hora Extra Troca de Turno) dos técnicos de operação que permanecerem por 31 dias realizando trabalho eventual em horário administrativo por necessidade da gerência. Um absurdo! Os empregados que cumprem essa tarefa, o fazem por necessidade do setor e não podem ser penalizados pela empresa com a supressão de um pagamento de hora extra que, por ser habitual e ter previsão no Acordo Coletivo da categoria, já faz parte da remuneração normal de todos.

O Sindicato convoca toda a categoria a resistir a mais esse ataque!

TABELA DE TURNO - CADÊ A TRANSPARÊNCIA?

Em novembro do ano passado, durante as reuniões periódicas de acompanhamento do ACT, os representantes da empresa afirmaram que havia sido formada uma comissão para analisar as tabelas de turnos existentes no Sistema Petrobrás. Além disso, os gerentes fizeram consultas pelo corredor da refinaria sobre a opinião da força de trabalho, prática que nós condenamos, afinal, essa informação "oficiosa" mais atrapalha do que ajuda a esclarecer.

Nós solicitamos que a empresa abra diálogo com os principais interessados, os trabalhadores, por meio dos sindicatos para que possamos decidir democraticamente qualquer alteração nas tabelas. Já estamos em fevereiro e até agora nada!

Não vamos esperar sentados. O Sindicato irá promover o debate junto à base e solicitou que o departamento jurídico promova a análise da atual tabela. Vamos à luta!



TOCHA



CRIMES AMBIENTAIS DA VALE REVELAM FRACASSO DA EXPLORAÇÃO PRIVADA DE MINÉRIOS

O crime ambiental da Vale em Brumadinho (MG) é mais um exemplo do poder de destruição de uma economia voltada para o lucro máximo de acionistas. A companhia ainda nem arcou com os prejuízos e responsabilidades do crime de Mariana (MG), há três anos, que deixou 19 mortos, centenas de desalojados e destruiu o modo de vida de milhares de famílias e o meio ambiente com a morte do Rio Doce.

O rompimento da barragem de Brumadinho, no dia 25 de fevereiro, era crime certo, apontam as denúncias. Nem as sirenes funcionaram. Isso, no mínimo, poderia ter reduzido o número de 157 mortes confirmadas, 182 desaparecidos, matou parte de mais um grande rio, o Paraoapeba, e incontáveis animais. Os números são atualizados diariamente.

Todos os crimes ambientais e letais da Vale colocam em cheque o modelo de exploração de minérios. A companhia foi privatizada pelo governo FHC/PSDB a preços módicos. De lá para cá, a empresa não parou de aumentar a produção, a exportação e os dividendos dos acionistas, porém, a custa de devastação ambiental irreparável, lobby no Congresso, financiamento de campanhas, fraude em laudos técnicos, insistência em modelos de barragens mais baratos mesmo que ultrapassados etc.

Os órgãos de fiscalização não têm autonomia, poder, recursos ante a pressão dos políticos a mando da Vale. Por isso, mais de 450 barragens no país (das mais de 700 existentes) operam em regime de alto risco. E isso pode piorar com as declarações do atual presidente contra a atuação de órgãos como, por exemplo, o IBAMA.

Os planos de reparação não levam em conta a dimensão do crime. São orquestrados pela direção da empresa a mando dos acionistas.

É notório o dano deste modelo privatizado de exploração de minérios. É necessário o Estado ter o controle destes ativos, até porque banca grande parte dos custos destes crimes da Vale no emprego de serviços públicos, como: bombeiros, policiais, peritos da polícia civil, ambulâncias, hospitais etc.

Só um modelo de exploração que leve em conta os interesses da sociedade e não o lucro de acionistas pode garantir a segurança e a vida, a preservação ambiental, o fornecimento de água e peixe para milhares de pessoas que vivem ao longo dos rios afetados pelos crimes da Vale. Nas mãos do setor privado, só o que fica são imensas áreas de devastação, mortes e a completa inversão de valores demonstrada pela declaração do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, de que "para além das perdas das vidas ceifadas está o importante trabalho da Vale".

- NOVA REFORMA QUER ACABAR COM A PREVIDÊNCIA PÚBLICA Pág. 2 e 3
- ELEIÇÕES DO SINDIPETRO/SJC ACONTECEM DE 19 A 22 DE FEVEREIRO Pág. 3
- AINDA SOBRE ARO Pág. 4
- EMPRESA QUER SUPRIMIR HORA EXTRA HABITUAL Pág. 4
- TABELA DE TURNO - CADÊ A TRANSPARÊNCIA? Pág. 4

NOVA REFORMA QUER ACABAR COM A PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Considerada como prioridade zero do governo Bolsonaro (PSL), o texto final da famigerada Reforma da Previdência deve chegar no Congresso até o final deste mês. A minuta vazada na imprensa tem ataques muito agressivos: tempo mínimo de contribuição de 40 anos para aposentadoria com 100% do benefício, idade

mínima de 65 anos para homens e mulheres, sistema de capitalização, restrição dos benefícios previdenciários e aposentadoria com valor abaixo do salário mínimo para os mais pobres.

Os mais penalizados serão as mulheres e a parcela mais pobre da população, claro! Entenda os principais (e absurdos!) pontos da proposta:

1 MESMA IDADE MÍNIMA PARA HOMENS E MULHERES

Um ataque frontal às mulheres trabalhadoras, que enfrentam jornadas duplas ou até triplas. A idade mínima para os homens aumentaria cinco anos (de 60 para 65) e das mulheres aumentaria DEZ anos (dos atuais 55 para 65).

2 40 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA APOSENTADORIA INTEGRAL

A nova proposta prevê 40 anos de contribuição para alcançar 100% do benefício (o teto hoje é de R\$ 5.839,00).

3 20 ANOS É O TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

Quem ganha mais de um salário mínimo teria direito a 60% do benefício ao completar 20 anos de contribuição. A cada ano adicional são conquistados mais 2 pontos percentuais. Por exemplo, quem contribuir por 35 anos, vai receber 90% do salário de contribuição. O tempo mínimo de contribuição, hoje, é de 15 anos.

4 SERVIDORES SÓ TERÃO APOSENTADORIA INTEGRAL COM IDADE MÍNIMA DE 65 ANOS

Servidores que ingressaram no serviço público até 2003 e quiserem obter aposentadoria com o último salário da carreira (integral) e reajustes iguais aos da ativa (paridade) precisarão completar a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. O texto ainda prevê a possibilidade de cobrar alíquotas extraordinárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. receber 90% do salário de contribuição. O tempo mínimo de contribuição, hoje, é de 15 anos.

5 IMPLANTA REGIME DE CAPITALIZAÇÃO

Cada trabalhador irá contribuir para a sua aposentadoria em uma conta individual. No sistema atual de repartição, os trabalhadores da ativa bancam a aposentadoria dos mais velhos. O texto prevê ainda a possibilidade de o trabalhador usar parte de seu FGTS, que é uma poupança, no complemento da capitalização.

Essa proposta acaba com a Previdência pública, como ocorreu no Peru, México, Colômbia e, principalmente, no Chile. Depois de 37 anos de capitalização, só metade dos trabalhadores chilenos conseguiu se aposentar e cerca de 91% recebem apenas meio salário mínimo do país.

receber 90% do salário de contribuição. O tempo mínimo de contribuição, hoje, é de 15 anos.

6 CRIAÇÃO DE GATILHO PARA ELEVAR IDADE MÍNIMA A CADA QUATRO ANOS

O limite mínimo que o governo Bolsonaro quer criar poderá aumentar de quatro em quatro anos. E o governo ainda diz que certos pontos podem ser tratados novamente depois da reforma por meio de lei complementar. Ou seja, a reforma pode ser só uma etapa do ataque.

7 LIMITA ACÚMULO DE PENSÃO E APOSENTADORIA COM DESCONTO PROGRESSIVO E LIMITA O TEMPO DE RECEBIMENTO DA PENSÃO POR MORTE

Agrava as medidas que já vem sendo tomadas para restringir o acesso a benefícios, como a "MP do Pente Fino".

A última reforma da previdência, que criou a regra do fator 85/95, já elevou o tempo de contribuição somado ao tempo de idade de homens para 96 e mulheres para 86. O mais grave é que a CPI da previdência no Senado provou que não existe déficit da previdência.

Estabelecer alto limite de idade para o benefício, num país com condições precárias de acesso a serviços básicos de saneamento, habitação e de

saúde, é negar o direito à aposentadoria a milhões de trabalhadores.

Em várias regiões do país, como no Maranhão ou na periferia de São Paulo, por exemplo, a expectativa de vida é de 57 anos. Os trabalhadores pobres já trabalham, em média, seis anos a mais e recebem 50% menos ao se aposentar. Isso sem contar a desigualdade de renda brutal.

É HORA DE LUTAR!

As centrais sindicais (CTB, CSB, CUT, Força Sindical, Nova Central, Intersindical, CSP- Conlutas, CGTB), sindicatos e federações marcaram para o próximo dia 20 (quarta-feira) uma grande assembleia geral com os trabalhadores na Praça da Sé, em São Paulo.

O eixo principal é a luta "em defesa de uma aposentadoria digna, garantia dos direitos, valorização do salário e unidade em defesa do país".

Em nota divulgada recentemente, o Fórum das Centrais afirma que 2019 será de unidade e iniciativa para organizar a resistência e de luta contra "qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública".

"Os ataques à aposentadoria começaram há

A PROPOSTA DE REFORMA DE BOLSONARO É AINDA PIOR DO QUE A DE TEMER



algum tempo mas, agora, há chances reais de se concretizarem, já que é visto como prioridade absoluta desse novo governo. É hora de unidade dos trabalhadores de todas as categorias para barrarmos essa proposta nefasta", esclarece o presidente do Sindipetro/SJC, Rafael Prado.

ELEIÇÕES DO SINDIPETRO/SJC ACONTECERÃO DE 19 A 22 DE FEVEREIRO

As eleições para a escolha da nova diretoria e Conselho Fiscal do Sindipetro/SJC para a gestão do período 2019-2022 ocorrerão de 19 a 22 de fevereiro.

Haverá urnas disponíveis na Revap (Refinaria Henrique Lage), conforme segue: dias 19 e 20 (das 5h30 às 16h30), dia 21 (das 6h30 às 16h30) e no dia 22 (das 6h30 às 17h) e na sede do Sindipetro/SJC das 8h às 17h.

O prazo para a inscrição de chapas acabou no

último dia 23 de janeiro. Apenas uma chapa se inscreveu para a disputa, a "Chapa dos Petroleiros – Unidade pra Lutar", que já foi homologada pela Comissão Eleitoral.

A apuração dos votos ocorrerá logo após o encerramento da votação, no dia 22. A nova diretoria eleita tomará posse em abril.

Fique atento e participe desse exercício democrático. Ajude a decidir o futuro de sua entidade!